

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A SUA RELAÇÃO COM A INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Jéssica Teixeira de MENDONÇA
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: jessicaufu@hotmail.com

Resumo: Pretendemos refletir sobre a relação entre o ensino de Língua Portuguesa, a inclusão e/ou exclusão social do aluno e a consciência que ele tem das diversidades linguísticas. Isso porque, para que o aluno possa ser livre de preconceitos linguísticos, ele precisa ter a consciência da diversidade e do valor que a ela é atribuído. Essa consciência pode ser realizada por meio do ensino crítico de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: ensino de Língua Portuguesa; inclusão/exclusão social; consciência crítica do aluno.

1. Introdução

O ensino de Língua Portuguesa vem sendo muito discutido e analisado em relação a suas implicações para a vida do aluno tanto dentro quanto fora de um ambiente acadêmico.

Isto, pois, percebe-se que mesmo tendo o Português como língua materna e com um mínimo de 08 anos de estudos de Língua Portuguesa, considerando Ensino Fundamental e Médio, os alunos ainda saem das escolas incompetentes em relação ao seu próprio idioma, ou seja, muitos saem sendo considerados como analfabetos funcionais.

E além dessa falta de competência em relação à Língua Portuguesa, ainda saem carregando alguns mitos em relação a este ensino e a este idioma.

Mitos como “Português é muito difícil”, “As pessoas sem instrução falam tudo errado”, “O certo é falar assim porque se escreve assim”, “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”, dentre outras concepções equivocadas sobre tudo que envolve a Língua Portuguesa, desde seu ensino até o seu próprio uso.

E isso colabora para um processo mesmo que inconsciente de exclusão social. Ou seja, o aluno que foi durante anos exposto ao conceito de certo e errado em relação ao Português e de que as pessoas que falam de forma errada são pessoas bobas e/ou inferiores, pois não receberam a educação adequada.

BAGNO (2007) defende que a Língua Portuguesa, como todas as outras línguas é como um rio corrente, está sempre em movimento, sempre em transformação, considerando vários aspectos como tempo, região e a própria evolução que esta sofre naturalmente e que o que se ensina nas escolas com o nome de Português nada mais é do que apenas um recorte rígido, inflexível e muitas vezes inútil deste rio que é o idioma.

E esse recorte feito da língua que é utilizado nas escolas como objeto de ensino/aprendizagem seria a Gramática Normativa, que para ele é como se fosse um igapó, ou seja

igapó é um trecho de mata inundada, uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Parece-me uma boa imagem para a gramática normativa. Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua.

Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se

renovará quando vier a próxima cheia. Meu objetivo atualmente, junto com muitos outros lingüistas e pesquisadores, é acelerar ao máximo essa próxima cheia. (BAGNO, 2007, p.10)

Desta forma, o ensino de Língua Portuguesa não é um ensino produtivo e sim reprodutivo, ou seja, não se possibilita um espaço para o aluno pensar livre e racionalmente sobre a sua própria língua, um espaço de descobrir que ela não é única, não é homogênea, que é algo vivo que constitui de forma íntima cada sujeito, cada povo, cada cultura e que sendo dessa forma ela não poderia ser algo estático, rígido, uma regra inflexível a ser seguida e aplicada por todos os falantes daquela língua de norte a sul de um país, não importando a sua idade, não importando o contexto em que cada falante está inserido, não importando o objetivo que se quer alcançar naquele determinado momento, não importando se está se usando esta mesma língua em um ambiente oral, escrito, formal ou informal.

Reprodutivo, então, seria a mais exata definição do que acontece dentro de sala de aula nas aulas de Língua Portuguesa. Uma mera reprodução de regras, de classificações e de nomenclaturas. A exposição de uma língua que não é aquela que o aluno conhece, as aulas de Língua Portuguesa se tornam tão distantes e estranhas para o aluno que poderiam até mesmo ser consideradas como aula de Língua Estrangeira.

Um caso típico é o da regência verbal. O professor pode mandar o aluno copiar quinhentas mil vezes a frase:

“Assisti ao filme”. Quando esse mesmo aluno puser o pé fora da sala de aula, ele vai dizer ao colega: “Ainda não assisti o filme do Zorro!”

Porque a gramática brasileira não sente a necessidade daquela preposição a, que era exigida na norma clássica literária, cem anos atrás, e que ainda está em vigor no português falado em Portugal, a dez mil quilômetros daqui! (BAGNO, 1997, p. 36)

Ou seja, o ensino do Português culto, do padrão, do formal, ou a chamada Gramática Normativa tem a sua importância considerando que é esta “versão” do Português que deve ser usada e aplicada em muitos contextos na vida do aluno, dentro e fora da escola. No entanto, o mesmo deve ser ciente de que é apenas mais uma variável, dentre várias outras, que ele deve saber como e onde aplicá-la. E que pessoas que não dominam esta norma culta não são inferiores ou com menores capacidades, são apenas pessoas que não foram expostas a um ensino formal, legitimado da Língua Portuguesa. Que esta pessoa pode “se dar bem” em muitos outros contextos em que estará usando a Língua Portuguesa, no entanto, em outra variável como a informal, a coloquial, a oral, dentre outras.

A Gramática Normativa não deve ser tratada como o ponto alto do conhecimento a ser alcançado e que qualquer pessoa que tenha então dominado esta “fera” chamada Língua Portuguesa pode ser considerada uma pessoa bem sucedida e que não terá problemas para produzir um texto, falar em público, ler uma reportagem ou realizar uma prova.

2. Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em se tratando do ensino de Língua Portuguesa nas escolas se mostra totalmente favorável ao ensino baseado em uma abordagem crítica. Ou seja, defende-se que a Língua Portuguesa deve ser ensinada como uma forma de se formar, ou ajudar a formar, a consciência crítica do aluno como usuário de uma determinada língua constituinte de certa sociedade.

Um ensino de Língua Portuguesa em que o aluno pensasse sobre a sua própria língua de forma autônoma e que percebesse dentro de sala de aula equiparações com o que vive fora deste mesmo ambiente.

Segundo os PCNs, as variedades linguísticas devem ser não só mencionadas, como também trabalhadas pelo professor, para que o aluno reconheça que não há uma linha rígida que separa CERTO e ERRADO em relação a uma língua.

Mas o que existe são variáveis da Língua Portuguesa mais adequados para cada contexto e que “burro” não é o colega que não sabe o que é verbo transitivo direto, mas sim é mais inadequado aquele que em uma festinha entre amigos aplica todas as concordâncias verbais, utiliza-se de um culto vocabulário e não se deixa levar por gírias ditas no meio de sua conversa. “Não se trata de uma fala ‘correta’ mas sim as falas adequadas ao contexto de uso” (BRASIL, 2007, p.15)

Deve-se abrir os olhos dos alunos para um conhecimento real de uma língua que é para eles a sua Língua Materna.

Ou seja, o objetivo dos PCNs é

ajudar o professor no seu trabalho diário fazendo com que as crianças dominem o conhecimento de que necessitem para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes do seu papel em nossa sociedade. (BRASIL, 1997, p. 4)

Nesta abordagem, toda uma postura cidadã é deslumbrada, uma preocupação com a formação humana das crianças, futuros adultos e participantes de uma sociedade,

Tem-se toda uma preocupação para a questão da inclusão deste aluno na sociedade, com um ser que será respeitado e conhecedor do seu papel dentro dela, e, além disso, também promotor de inclusão social, considerando que ele teria sido formado para ser sempre crítico, um sujeito pensante e que respeitaria a diversidade seja ela sexual, de raça, religião, posição financeira e até mesmo em relação à linguagem, ou seja, tem-se de acordo com os PCNs a formação de um cidadão livre de preconceito linguístico, devido às aulas de Língua Portuguesa que teria tido na escola.

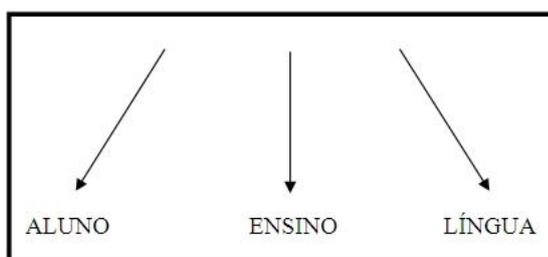
Para BRASIL (1997, p.04), pretende-se um “aluno como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.”

Mesmo que na prática, o aluno, infelizmente, é considerado como um receptáculo vazio que será preenchido pelos conhecimentos gramaticais que o professor possui, de acordo com os PCNs, o aluno é peça chave no processo de ensino/aprendizagem como um ser participante e que influencia diretamente neste processo.

O ensino de Língua Portuguesa defendido nos Parâmetros seria uma tríade, composta por ALUNO – LÍNGUA – ENSINO.

Em que o ALUNO seria um sujeito que age sobre o objeto de conhecimento, LÍNGUA, sendo o ENSINO a relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Ensino de Língua Portuguesa nas escolas segundo os PCNs:

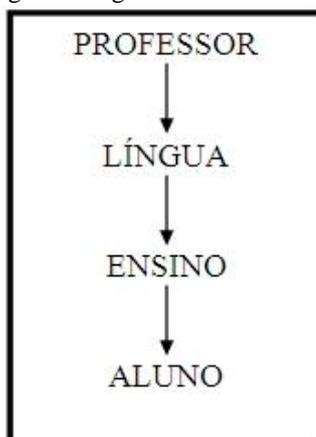


FONTE: BRASIL, 1997.

Pode-se considerar o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa na escola como resultantes da articulação de **três variáveis: o aluno, a língua e o ensino**. O primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a Língua Portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento. Para que essa mediação aconteça, o professor deverá planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno. (BRASIL, 2007, p. 20, grifo nosso)

Como acontece o ensino de Língua Portuguesa nas escolas:

FIGURA 2 – Língua Portuguesa na realidade das escolas



Desta forma, o aluno é passivo frente a seu próprio processo de aprendizagem.

Ainda segundo os Parâmetros (1997, p. 43), “é possível saber produzir textos sem grafá-los e é possível grafar sem saber produzir”, ou seja, a produção não pode ser considerada como o simples fato dos alunos copiarem ou escreverem algo. Pois o ato de escrever não faz com que a pessoa seja capaz de realmente produzir um texto. Considerando que o aluno pode produzir um texto sem grafá-lo, ou seja, de forma oral.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais em relação ao ensino de Língua Portuguesa defende um ensino crítico, em que o professor seja livre em abordar questões como a variedade linguística e até mesmo propor atividades avaliativas em que não seja cobrado apenas o português padrão. Tudo isso, para que o aluno dentro de sala de aula seja formado como um ser tolerante, conhecedor do seu papel tanto dentro quanto fora do ambiente escolar,

e acima de tudo que respeite as diferenças das pessoas nas suas várias formas, como também a diferença no modo de falar das pessoas.

Tratando-as com respeito, por saber que um modo diferente de falar não pode ser considerado errado, mas que existe adequações a determinados contextos.

Desta forma, o aluno será um cidadão que não promoverá a exclusão social considerando a linguagem, pois será livre dos mitos em relação à Língua Portuguesa.

3. Preconceito Linguístico

Dentre os inúmeros preconceitos existentes em nossa sociedade, temos o preconceito linguístico. Talvez esse seja um preconceito mais difícil de ser combatido, pois muitas pessoas não são cientes que há esse tipo de preconceito, ou seja, que há um preconceito em relação à própria língua.

O primeiro passo para se combater um preconceito é a aceitação de todos de que aquilo é de fato um preconceito, ou seja, de que é algo que causa malefícios para determinadas pessoas ou para a sociedade como um todo, como o preconceito sexual, o preconceito racial, preconceito religioso e vários outros.

No entanto, o preconceito linguístico não é tão claro de se entender, não se percebe facilmente de que também causa grandes males a sociedade e que de alguma forma também causa a exclusão social.

Este seria o primeiro obstáculo a ser vencido para se combater o preconceito linguístico – a aceitação de que há um preconceito relacionado a linguagem.

BAGNO (2007) em seu livro **Preconceito Linguístico, o que é, como se faz** trata desta questão, citando oito mitos que permeiam o pensamento das pessoas em relação tanto ao ensino quanto ao uso da Língua Portuguesa.

Mitos estes que muitas das vezes são fundados e alimentados dentro da própria escola, no momento de formação dos alunos.

Os mitos que se tem a partir da forma como a Língua Portuguesa é tratada e ensinada aos alunos são, segundo BAGNO (2007) os seguintes:

Mito 03: “Português é muito difícil”

O que se trabalha dentro de sala de aula durante todos os anos escolares é a Gramática Normativa, e desta forma, os alunos confundem esse fragmento da língua como o próprio Português. Sendo a Gramática Normativa um recorte realmente mais difícil de ser entendido e corretamente aplicado, pois se trata do aspecto formal, culto e padrão de uma língua que é composta por inúmeras regras. Sendo também usada em contextos que não são os usados no dia a dia pelos alunos, desta forma esta variável da língua torna-se então mais difícil para os alunos.

Todavia, o que se é difícil não é o português, já que todos falam e entendem perfeitamente essa língua por se tratar de sua Língua Materna, a dificuldade é observada quando se trata do ensino da Gramática Normativa.

E os alunos não são conscientes de que ela é apenas um recorte da Língua Portuguesa.

No entanto, essa concepção de que Português é muito difícil é uma forma de exclusão social, pois coloca em destaque ou em uma posição favorável na sociedade, poucas pessoas que teoricamente detêm o conhecimento da Língua Portuguesa.

No fundo, a idéia de que “português é muito difícil” serve como mais um dos instrumentos de manutenção do status quo das classes sociais privilegiadas. Essa entidade mística e sobrenatural chamada “português” só

se revela aos poucos “iniciados”, aos que sabem as palavras mágicas exatas para fazê-la manifestar-se. (BAGNO, 2007, p.39)

Mito 04: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”

Novamente, temos a confusão criada entre a forma oral e a forma escrita de uma determinada língua.

Falar é uma das inúmeras variáveis da Língua Portuguesa. Essa variável admite gírias, linguagem coloquial, abreviações, falta de concordância, dentre outros; obviamente em maior ou menor grau de intensidade dependendo do contexto em que se está inserido.

Em se tratando deste mito, BAGNO (2007) apresenta uma citação da boneca Emília, personagem de Monteiro Lobato da obra Sítio do Pica Pau Amarelo que retrata justamente este tipo de preconceito.

A boneca ao ir visitar a Dona Sintaxe no País da Gramática vai até a prisão onde estavam os “Vícios da Linguagem”, e revolta-se em vê-los nesta situação:

Emília não achou que fosse caso de conservar na cadeia o pobre matuto. Alegou que ele também estava trabalhando na evolução da língua e soltou-o. — Vá passear, seu Jeca. Muita coisa que hoje esta senhora condena vai ser lei um dia. Foi você quem inventou o VOCÊ em vez de TU, e só isso quanto não vale? Estamos livres da complicação antiga do Tuturututu. (BAGNO, 2007, p. 43)

Tem-se, então, um preconceito linguístico contra as falas de determinadas classes sociais, como também a determinadas regiões.

Um exemplo claro para se confirmar isso são os personagens de novelas que sendo nordestinos tem uma linguagem pesada, carregada de regionalismo, o que nem sempre corresponde à linguagem como é falada no Nordeste, sendo ainda estes personagens muitas vezes personagens pobres, simples, sem grandes recursos e possibilidades.

Se o Nordeste é “atrasado”, “pobre”, “subdesenvolvido” ou (na melhor das hipóteses) “pitoresco”, então, “naturalmente”, as pessoas que lá nasceram e a língua que elas falam também devem ser consideradas assim. (BAGNO, 2007, p. 45)

Neste caso, não só a escola como a mídia tem uma grande influencia em relação a este preconceito de que “as pessoas sem instrução falam tudo errado”.

Mito 06: “O certo é falar assim porque se escreve assim”

Há uma supervalorização da gramática, como se ela fosse o objetivo a ser alcançado por todos os falantes de uma língua, e que enquanto isso não acontece todos estes falantes estariam usando, aplicando e falando a língua de forma errada.

No entanto, falar e escrever se referem a dois aspectos diferentes da Língua Portuguesa, sendo então aceitos elementos diferentes para cada uma das situações.

A escrita é uma tentativa de reprodução da fala, todas as línguas iniciaram por uma comunicação oral para posteriormente tentar se representar por gráficos, por letras essa língua até então existente apenas na oralidade.

Porém, a língua escrita não admite tantas variações como a fala, pois deve ser um código mais coeso, mais único para que se consiga ser entendido por um número maior de pessoas. A fala por sua vez não possui essa preocupação com regras gramaticais, pois é algo

mais flexível, na oralidade são permitidas maiores intervenções que fogem a Gramática Normativa como gírias, regionalismo, dentre outros.

O pintor belga René Magritte (1898 – 1967) tem um quadro chamado “A traição das imagens”, em que se vê um cachimbo:

FIGURA 3 – Quadro “A traição das imagens”



FONTE: BAGNO, 2007.

Na parte debaixo do quadro tem-se escrito “Isto não é um cachimbo”. Neste caso, o quadro não é um cachimbo e sim uma representação deste.

Este exemplo serve para compararmos com a língua escrita e língua falada.

BAGNO (2007, p. 49) diz que “o mesmo acontece com a escrita alfabética, em sua regulamentação ortográfica oficial. Ela não é a fala: é uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada”

A escrita seria então uma tentativa de representação da fala, pois não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga representar a fala com total fidelidade.

Mito 07: “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”

O conhecimento da Gramática Normativa é importante para se adequar aos contextos em que o Português padrão é o exigido.

A importância do estudo da gramática não deve ser questionada, mas sim como esse estudo é feito.

O aluno classificar em cinquenta frases os verbos transitivos diretos e/ou indiretos não é garantia de que o mesmo escreva uma frase em uma redação, por exemplo, em que a língua culta é cobrada de forma adequada.

Isso, pois, o estudo da gramática se dá de forma alienada, frases soltas, textos sem sentido ou importância para o aluno são utilizados como objeto de estudo dia após dia e ano após ano nas escolas.

Autores famosos e inquestionáveis em relação a sua competência em relação à Língua Portuguesa, como Rubem Alves e Carlos Drummond de Andrade, confessaram não entender muita coisa de gramática, tendo até obras que se referem a esta “ignorância”, como é dita por eles, em relação à Gramática Normativa.

“Nascer de Cairo, ser fêmea de cupim”¹ e “Aula de Português”² são, respectivamente, obras destes autores em que os mesmos tratam do assunto de se saber de forma tão alienada e

¹ Anexo 01

² Anexo 02

sem aplicabilidade as regras gramaticais e confessam o seu desconhecimento em relação a todas essas regras gramaticais.

No entanto, não se discute a importância desses autores para a literatura brasileira assim como a sua genialidade e competência em relação à Língua Portuguesa.

4. Conclusão

A escola possui inúmeros papéis e responsabilidades perante os alunos e toda uma sociedade, isso faz com que alguns aspectos do ensino sejam desfocados de seu verdadeiro objetivo ou validade para o aluno.

Apenas o ensino da Gramática Normativa nas aulas de Língua Portuguesa do primeiro ao último ano escolar de um aluno pode ser válido desde que se repense como esse ensino acontece.

Ele poderia ser considerado como válido desde que seja discutido no decorrer de todos esses anos a existência de variedades linguísticas, e de que elas são Língua Portuguesa assim como a própria Gramática Normativa.

Mesmo que essas variedades não fossem todas trabalhadas em sala de aula que fossem ao menos citadas e discutidas entre professor/aluno para que o aluno se formasse como um ser conhecedor de sua língua como um todo e não carregasse consigo preconceitos linguísticos e mitos como os mencionados acima.

E que ao menos, saísse do Ensino Médio sabendo de fato a Gramática Normativa, sabendo de fato produzir uma redação, sabendo se portar e falar em um contexto mais formal como um ambiente de trabalho ou uma reunião, por exemplo, sabendo ler um texto desde charges, *outdoors*, textos científicos, poesias e vários outros gêneros, ou seja, que fosse competente em relação a sua própria Língua Materna, mesmo que isso implicasse o não conhecimento do aluno do que seria a conceituação de predicado nominal e predicado verbal.

Que este aluno, se estivesse escrevendo um texto e acabasse a sua linha, que o mesmo soubesse como separar a palavra de forma correta e não que ficasse durante minutos a fio em sala de aula separando palavras que nem para ele e nem para ninguém tem sentido algum.

Um ensino idealizado de língua seria aquele em que o aluno saiba a língua culta, como também se trabalhasse as inúmeras variáveis desta língua. Que as atividades em sala de aula abordassem diversos aspectos como língua falada, língua escrita, linguagem coloquial, linguagem formal, regionalismo, as variações históricas, variações de linguagem de acordo com o gênero, dentre outras. Não se esquecendo de sempre se trabalhar o aspecto social, considerando que o ensino de Língua Portuguesa acontece, pois é ela que constitui uma sociedade, uma cultura.

E uma sociedade é composta por seres humanos que possui inúmeras diferenças, mas que devem todos receber respeito e serem sempre incluídos na sociedade de uma forma ou de outra e que este aluno não admitisse e não propagasse a exclusão social devido a nenhum tipo de preconceito nem mesmo devido ao preconceito linguístico.

O professor Ataliba T. de Castilho da Universidade de São Paulo, atual presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina e coordenador do Projeto da Gramática do Português falado escreve em seu livro **A língua falada e o ensino de português** (Ed. Contexto, 1998).

[...] os recortes linguísticos devem ilustrar as variedades socioculturais da Língua Portuguesa, sem discriminações contra a fala vernácula do aluno, isto é, de sua fala familiar. A escola é o primeiro contato do cidadão com o Estado, e seria bom que ela não se assemelhasse a um “bicho estranho”, a um lugar onde se cuida de coisas fora da realidade cotidiana. Com o tempo o

aluno entenderá que para cada situação se requer uma variedade lingüística, e será assim iniciado no padrão culto, caso já não o tenha trazido de casa. a gramática deixará de ser vista pelos alunos como a disciplina do certo e do errado, reassumindo sua verdadeira dimensão, que é a de esquadrihar através dos materiais lingüísticos o funcionamento da mente humana.

A gramática, que não era uma disciplina autônoma, assumiu na escola uma vida própria, desgarrada de suas origens, e concentrada apenas na sentença, na palavra e no som, obscurecendo-se sua argumentação e empobrecendo-se seu alcance. (CASTILHO, 1998, p. 181)

Se, infelizmente, tem-se uma dificuldade em se transformar o ensino de Língua Portuguesa nas escolas é por uma questão social. A língua é uma forma de exclusão social, é um meio de se separar quem sabe de quem não sabe, tornando desta forma, o grupo de pessoas considerado conhecedores da Gramática Normativa, como conhecedores da Língua Portuguesa como um todo e desta forma um grupo privilegiado por entender algo tão complexo como este idioma.

BAGNO (2007) expõe que

o conhecimento mecânico da doutrina gramatical se transformou num instrumento de discriminação e de exclusão social. “Saber português”, na verdade, sempre significou “saber gramática”, isto é, ser capaz de identificar — por meio de uma terminologia falha e incoerente — o “sujeito” e o “predicado” de uma frase, pouco importando o que essa frase queria dizer, os efeitos de sentido que podia provocar etc.

Transformada num saber esotérico, reservado a uns poucos “iluminados”, a “gramática” passou a ser reverenciada como algo misterioso e inacessível — daí surgiu a necessidade de “mestres” e “guias”, capazes de levar o “ignorante” a atravessar o abismo que separa os que sabem dos que não sabem português. (BAGNO, 2007, p. 182)

Não devemos nos acomodar a esta situação que proporciona tantos mitos, desconhecimento sobre a língua e como consequência a exclusão social. Pois o papel do professor, da escola, da educação de uma forma geral é tornar as pessoas cada vez mais críticas e conscientes em relação a sua posição em uma sociedade e que não exclua as outras pessoas de contextos, situações, da sociedade como um todo devido a equivocadas concepções de superioridade e inferioridade.

Um ensino crítico de Língua Portuguesa é possível, considerando que há diversos estudos sobre este tema que possibilita o conhecimento por parte dos linguistas, professores, educadores de uma forma geral sobre qual a forma mais produtiva e válida para os alunos de se ensinar e aprender a Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1997.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico, o que é, como se faz**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

CASTILHO, A. et alii (I: 1990, II: 1992, III: 1993, IV, V, VI: 1996): **Gramática do português falado**. Campinas, Editora da UNICAMP.

CUNHA, C. & CINTRA, L. E L. (1985): **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008. Tradução de: Discourse and social change.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. 1995.

KOCH, I. V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

LUFT, Celso Pedro (1994): **Língua e liberdade**. 3a ed., São Paulo, Ática.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta curricular para o ensino de Língua Portuguesa**, 1o grau. São Paulo: 1988.

TERRA, Ernani (1997): **Linguagem, língua e fala**. São Paulo, Scipione.

ANEXO 01



Nascer no Cairo, ser fêmea de cupim

Rubem Braga

Conhece o vocábulo escardingar? Qual o feminino de cupim? Qual o antônimo de póstumo? Como se chama o natural do Cairo?

O leitor que responder "não sei" a todas estas perguntas não passará provavelmente em nenhuma prova de Português de nenhum concurso oficial. Aliás, se isso pode servir de algum consolo à sua ignorância, receberá um abraço de felicitações deste modesto cronista, seu semelhante e seu irmão.

Porque a verdade é que eu também não sei. Você dirá, meu caro professor de Português, que eu não deveria confessar isso; que é uma vergonha para mim, que vivo de escrever, não conhecer o meu instrumento de trabalho, que é a língua.

Concordo. Confesso que escrevo de palpite, como outras pessoas tocam piano de ouvido. De vez em quando um leitor culto se irrita comigo e me manda um recorte de crônica anotado, apontando erros de Português. Um deles chegou a me passar um telegrama, felicitando-me porque não encontrara, na minha crônica daquele dia, um só erro de Português; acrescentava que eu produzira uma "página de bom vernáculo, exemplar". Tive vontade de responder: "Mera coincidência" — mas não o fiz para não entristecer o homem.

Espero que uma velhice tranqüila - no hospital ou na cadeia, com seus longos ócios — me permita um dia estudar com toda calma a nossa língua, e me penitenciar dos abusos que tenho praticado contra a sua pulcritude. (Sabem qual o superlativo de pulcro? Isto eu sei por acaso: pulquérrimo! Mas não é desanimador saber uma coisa dessas? Que me aconteceria se eu dissesse a uma bela dama: a senhora é pulquérrima? Eu poderia me queixar se o seu marido me descesse a mão?).

Alguém já me escreveu também — que eu sou um escoteiro ao contrário. "Cada dia você parece que tem de praticar a sua má ação — contra a língua". Mas acho que isso é exagero.

Como também é exagero saber o que quer dizer escardingar. Já estou mais perto dos cinquenta que dos quarenta; vivo de meu trabalho quase sempre honrado, gozo de boa saúde e estou até gordo demais, pensando

em meter um regime no organismo — e nunca soube o que fosse escardingar. Espero que nunca, na minha vida, tenha escardinhado ninguém; se o fiz, mereço desculpas, pois nunca tive essa intenção.

Vários problemas e algumas mulheres já me tiraram o sono, mas não o feminino de cupim. Morrerei sem saber isso. E o pior é que não quero saber; nego-me terminantemente a saber, e, se o senhor é um desses cavalheiros que sabem qual é o feminino de cupim, tenha a bondade de não me cumprimentar.

Por que exigir essas coisas dos candidatos aos nossos cargos públicos? Por que fazer do estudo da língua portuguesa uma série de alçapões e adivinhas, como essas histórias que uma pessoa conta para "pegar" as outras? O habitante do Cairo pode ser cairense, cairei, caireta, cairota ou cairiri — e a única utilidade de saber qual a palavra certa será para decifrar um problema de palavras cruzadas. Vocês não acham que nossos funcionários públicos já gastam uma parte excessiva do expediente matando palavras cruzadas da "Última Hora" ou lendo o horóscopo e as histórias em quadrinhos de "O Globo?".

No fundo o que esse tipo de gramático deseja é tornar a língua portuguesa odiosa; não alguma coisa através da qual as pessoas se entendam, mas um instrumento de suplício e de opressão que ele, gramático, aplica sobre nós, os ignaros.

Mas a mim é que não me escardinham assim, sem mais nem menos: não sou fêmea de cupim nem antônimo do póstumo nenhum; e sou cachoeirense, de Cachoeiro, honradamente — de Cachoeiro de Itapemirim!

Rio, novembro, 1951

Texto extraído do livro "Ai de Ti, Copacabana", Editora do Autor - Rio de Janeiro, 1960, pág. 197.

ANEXO 02



AULA DE PORTUGUÊS

Carlos Drummond de Andrade

*A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.*

*A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?*

*Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.*

*Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.*

O português são dois; o outro, mistério.